



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

FAMÍLIAS E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO IBGE

Adriane Denise Fonseca Lopes¹

Resumo: O presente trabalho busca analisar o conceito de família a partir de uma perspectiva histórica. Partindo da ideia que família é tanto uma instituição conservadora, quanto que se transforma cotidianamente. Para tanto, utilizam-se dados da última pesquisa demográfica do IBGE realizada em 2016. Por fim, analisam-se os dados utilizando autores contemporâneos e clássicos que estudam a temática.

Palavras-chave: Família, transformações familiares, IBGE.

This work search analyze the conception of family starting a historical perspective. Assuming the principle than family is as a conservate institucion as which is transformed every day. Therefore, is used data from the last IBGE demographic survey conducted in 2016. Lastly, analyse the datas which contemporary authors and classics who study the theme.

Keywords: family, family tranformations, IBGE.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o tema família, em suas generalizações e particularidades, é desafiador, pois circunda compreender sua complexidade, seja nas dimensões teórico-metodológicas, éticas ou técnico-operativas. Nessa perspectiva, tecer análises e construir aproximações acerca desta implica evidenciá-la enquanto uma concepção relacional, que compreenda os indivíduos dentro de um conjunto de relações (GUEIROS, 2010).

Em uma análise marxiana, a família é tanto um campo de reprodução da vida social, quanto um campo de transformação. Para além de simplesmente ser reflexo do já existente ou uma instituição vista como atrasada e conservadora, ela também é um espaço privilegiado para a ascensão de questionamentos, de novas ideias e padrões de existência (MEDEIROS, 2014). Transcende a esfera privada, ou um simples somatório de subjetividades individuais, relaciona-se com a sociedade como um todo, interagindo com o Estado, o mercado, a igreja, dentre outras esferas da vida social.

Mioto (2013) bem explicita que a família deve ser entendida como uma esfera complexa, que a partir das relações construídas em seu interior e das relações com a sociedade como um todo se constrói e se reconstrói. Logo, longe de ser um campo da vida privada, é também um campo da vida pública.

Em um movimento dialético, então, a família sofre influência de toda a construção de saberes que regem a sociedade. As transformações sociais ocorridas nos últimos anos,

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: adrianedenisefl@gmail.com.

sejam demográficas, geracionais, econômicas, sociais, dentre outras, vêm influenciando nas mudanças ocorridas no interior das organizações familiares, as quais têm se apresentado cada vez mais distantes do “modelo” nuclear, ainda idealizado e apreendido por muitos como padrão normativo, seria esta a família “estruturada”, “normal”, organizada” (SOUZA, 2012).

A verdade é que vasta literatura e índices confiáveis, tal qual os indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram significativas mudanças em como essas famílias se organizam, trazendo informações atreladas à composição dos membros das famílias, relação trabalho e renda e acesso a políticas sociais.

Atrelam-se a essas informações as transformações ocorridas na economia Estado nos últimos anos. Uma vez que com as diversas crises enfrentadas pelo sistema capitalista nos últimos anos e a retração da economia, as famílias passaram a enfrentar de maneira significativa, e, por vezes prolongada, o desemprego e a precarização do trabalho.

Muitas são as dimensões que poderiam aqui ser abordadas sobre a temática, pois muitas são as mediações estabelecidas a partir dessa instituição. Vê-se, assim, que as transformações acontecem de maneira dialética e articulada. A família é afetada pelas transformações ocorridas na sociedade, tal qual as mudanças na economia ou no Estado, por exemplo, irão implicar em novas maneiras de articular recursos para sua sobrevivência (MEDEIROS, 2014).

FAMÍLIA: UM PERCURSO CONCEITUAL

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo (SARTI, 1996)

Na Sociologia, até metade do século XX, os estudos de família circundavam em torno da família nuclear e da diminuição da influência das relações de parentesco. Esses estudos baseavam-se na perspectiva de que em uma sociedade “pós-industrial”, guiada pela superespecialização das relações e individualismo, essa seria a tendência natural. Todavia, desde a segunda metade do século XX, surgem estudos significativos que caminham na tendência oposta, demonstrando a importância, nos tempos atuais, da parentela (VASCONCELOS, 2002).

Essas pesquisas vieram a se contrapor às teses vigentes, funcionalistas, que reduziam a família apenas à família nuclear, formada pelos que habitam o mesmo espaço (mesma casa): homens e mulheres conjugados, necessariamente com filhos, estabelecendo relações afetivas e cooperação econômica (GELINSKI, MOSER, 2015).

O que estes trabalhos mostraram é que não é só nos grupos domésticos que se faz a mobilização dos recursos e se vive quotidianamente a vida familiar, sendo que as relações sociais primárias e as sociabilidades familiares em regra extravasam o grupo de co-residência” (VASCONCELOS, 2002, p. 508).

As relações familiares estão no campo da totalidade social e, em consonância com ela, se transformam ao longo do processo histórico. Muitas foram as alterações nos últimos anos no sistema capitalista e que implicaram em mudanças no que se conceitua e no que se entende por família, não sendo possível hoje estabelecer um conceito rígido para essa instituição. Nessa perspectiva, deve-se tratá-la no plural, como famílias, considerando-se sua diversidade. Segundo Medeiros (2014), são diversas as configurações de famílias na contemporaneidade, dentre estas as famílias reconstruídas; as unipessoais; as monoparentais; as homoafetivas; casais sem filhos; etc.

De todo modo, para além das particularidades, e em uma direção mais ampliada e de totalidade, pode-se entender família a partir da ideia de pessoas que se relacionam cotidianamente e que estabelecem relações necessárias e importantes para a existência e que têm vinculação entre si. Falar de como as famílias se relacionam e estruturam seu funcionamento dependerá sempre do momento histórico e contexto sociocultural em que se está inserido, não sendo possível, portanto, um conceito fechado e rígido de organização familiar (GOMES, PEREIRA, 2014).

Assim, família é definida de acordo com a época e espaço em que existe, sendo uma instituição histórica que vem se construindo e reconstruindo no desencadear dos anos. Por isto, a família é tanto um campo de reprodução da vida social, como também um campo de transformação. Para além de simplesmente ser reflexo do todo social, ela também é um espaço privilegiado para a ascensão de questionamentos, de novas ideias e padrões de existência (MEDEIROS, 2014).

Para Gomes e Pereira (2004), todavia, mesmo com as diferenciações das configurações familiares, é possível encontrar um ponto comum, o “sentimento de família”. Esse sentimento está atrelado ao “mundo familiar”, ligado às emoções contidas nessas relações, em o quanto essa instituição será fundamental para a objetividade e subjetividade levada por toda a existência. Ultrapassando, nesse sentido, os laços consanguíneos, dando lugar também às relações construídas a partir de sentimentos de afeto, amizade e confiança.

A família está na base das relações de sociabilidade humana, no seu seio são disseminadas as primeiras crenças, valores, lugar de aprendizagem formal e informal. A verdade é que cada um carregará consigo durante toda a existência parte dos ensinamentos, princípios e valores apreendidos no âmbito familiar. É a partir dessa que se perpetuarão relações que podem ser tanto de cuidado, segurança, proteção, quanto de medo, instabilidade, insegurança.

Em estudos que envolvem o universo familiar também se identificam análises em torno de redes sociais mobilizadas pelas famílias enquanto um caminho propiciador de acesso a apoios de natureza material, financeira, moral e afetiva. Conforme análise de Gueiros (2010, p. 128)

As famílias de camadas populares que são organizadas em rede (participação de outros parentes e de pessoas da comunidade no convívio e em prol da sobrevivência) e que têm como foco o sistema de obrigações diferenciam-se das de camadas médias, organizadas em núcleos centrados no parentesco. Esse conhecimento é relativamente difundido. Além de constar em marcos legais, como no PNCFC [Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária], Sarti (1996) e Fonseca (2002) enfatizam essa perspectiva de análise e, de modo geral, pesquisadores que trabalham com famílias pobres ou abaixo da linha de pobreza assumem essa concepção (GUEIROS, 2010).

Para Gueiros (2007), as redes sociais formam-se a partir do próprio processo de convivência, com ou sem objetivos prévios. Esta pressupõe um entrelaçado de ligações, com diferentes direções e conexões. As redes de apoio familiar – inseridas na denominada rede de relações primárias – são importantes para a reprodução das famílias. Sendo, como aponta a autora, nas classes médias, fundamental para a promoção social e nas classes mais baixas para a própria subsistência. No segundo grupo citado, nas camadas mais vulneráveis, as trocas ou relações estabelecidas no âmbito das redes se dão em formas materiais e nas atividades cotidianas, como ajuda nas atividades domésticas, no cuidado com os filhos, entre outras, tendo um papel estratégico na trajetória e sobrevivência dos sujeitos e das famílias.

É importante ressaltar a rede estabelecida entre as mulheres, uma vez que é designado socialmente à mulher o papel de cuidado em relação ao lar e à família. Entre as mulheres se estabelecem principalmente essas redes. Com políticas de estado frágeis, desemprego, baixos rendimentos, é reforçada nessas mulheres a solidariedade entre os membros, necessária à sobrevivência e reprodução (AZEREDO, 2010).

Segundo Fonseca (2005), em comunidades e bairros mais pobres, muitos moradores não pensam a partir das “casas”, mas sim dos “pátios”. “Em um terreno, por menor que seja, sempre tem lugar para construir mais uma 'puxada', isto é, uma peça ou uma meia-água, para receber um amigo ou parente” (p. 53). A composição desses pátios é dinâmica, o filho casa e constrói uma casa, se muda, outra pessoa passa a habitar, correspondendo à dinâmica da vida dessas próprias famílias.

Quando se pensa nesse conceito de “pátio”, não é difícil compreender como se estabelecem as redes de ajuda, principalmente quando se trata de cuidado com as crianças, onde os que trabalham fora deixam os filhos com os que trabalham no âmbito doméstico. Também se mostra como algo comum a repartição de comida e tarefas do lar entre os habitantes desses “pátios”. Nessas circunstâncias, a dimensão do domicílio não comporta o

significado de família, sendo preciso entender o estabelecimento diário dessas relações (FONSECA, 2005).

As redes de relações sociais estão atreladas a vínculos que podem propiciar ajuda entre os envolvidos, considerando relações consanguíneas e afetivas (SOUZA, 2012). Existe, mesmo que muitas vezes implicitamente, uma expectativa de reciprocidade nessas relações, uma expectativa de que essas ações de “ajuda” de alguma maneira retornem em outros momentos. Como nas relações entre pais e filhos, onde os pais criam os filhos e esperam o retorno a partir de cuidados durante seu envelhecimento (FONSECA, 2005). Todavia, as relações familiares, como as próprias relações entre sujeitos singulares, além de estabelecer laços de solidariedade, vem permeada de contradições, conflitos e mudanças em sua estruturação, o que quer dizer que nem sempre essas expectativas de cuidado se cumprirão.

FAMÍLIA A PARTIR DOS DADOS DO IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, debruça-se em suas pesquisas a desvelar – em bases estatísticas – a realidade da população brasileira em diferentes aspectos, inclusive no que diz respeito àqueles concernentes à família. O IBGE considera as famílias a partir das “unidades domiciliares/domésticas”. Faz-se necessário distinguir “família” de “unidade doméstica”, uma vez que o IBGE trabalha com o conceito de unidade doméstica como definidor de família, apreendendo-a a partir da moradia. Todavia, como já exposto, família é uma unidade complexa e dinâmica, onde suas relações ultrapassam a dimensão de residência. Sendo esta, portanto, uma maneira limitada de tratá-la (FONSECA, 2005).

De todo modo, é possível dizer que em seus indicadores sociais mais recentes, divulgados em 2016, o IBGE, mesmo com a limitação já exposta, em termos de definição de família, traz informações pertinentes e atreladas à dinâmica social da população brasileira. No tocante à família, propicia indicadores que sinalizam para mudanças que vêm ocorrendo no âmbito dessa esfera da vida social provenientes “da dinâmica social, de mudanças no perfil demográfico e na legislação vigente” (IBGE, 2016, p. 26).

Entre os anos de 2005 e 2015, o número de pessoas residindo no mesmo domicílio passou de 3,20 para 2,87. Entre os arranjos familiares identificados pelo IBGE, tem-se que 42,3% correspondiam a casal com filhos; 20% a casal sem filhos e, expressivamente; 16,3% a famílias com mulheres sem cônjuges e com filhos. Os arranjos unipessoais passaram de 10,4% para 14,6%.

Sobre as maneiras como as famílias têm se estruturado, é importante apontar algumas dimensões. Primeiro, mesmo a maioria das famílias sendo composta por casais com filhos – a denominada família nuclear –, o que vem notando-se é que nos últimos anos esse número vem caindo, passando de 50,1% para 42,3%, entre 2005 e 2015, enquanto as famílias compostas por casais sem filhos coabitando passaram de 15,3% para 20% no mesmo período. Esse segundo dado deriva, principalmente, do número de casais jovens e dos idosos, que em geral não residem com os filhos, tanto por não terem tido filhos, como pelos filhos já terem saído de casa. Um segundo ponto ressalta que o número de mulheres sem cônjuge e com filhos se manteve estável nos últimos anos, diminuindo de 18,2% para 16,3%. Sarti (1996) disserta que, quando frustradas as expectativas em relação à formação de uma família, principalmente em relação ao que se espera dos homens e das mulheres socialmente, é comum que os elos de parentesco sejam preponderantes e decisivos para o rompimento ou não dos laços matrimoniais. Conforme analisa

[...]. As dificuldades enfrentadas para realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadearem-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem. A literatura mostra, em contrapartida, a relação entre pobreza e chefia feminina (Barroso, 1978 e Castro, 1989). Isto significa dizer que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente. (SARTI, 1996, p. 79-80)

O aumento do número de mulheres tidas como a pessoa de referência da família, que o IBGE (2016) compreende como “pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou assim considerada pelos demais membros”, foi de 30,6% para 40,5%, entre 2005 e 2015. Para o IBGE (2016), essa foi uma tendência que se sustentou nos casais com filhos e sem filhos. Os principais fatores correlacionados a isso são a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade das mulheres e a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Segundo uma visão tradicional de família, centrada em um “modelo” nuclear, as funções sociais são divididas por gêneros, competindo à figura masculina a esfera pública e o trabalho remunerado, e à figura feminina a esfera privada, de cuidado e proteção dos filhos, estando a posição da última secundarizada (ZOLA, 2015). Assim, percebe-se que as relações sociais estabelecidas no interior das famílias são permeadas pelo patriarcado e uma visão de como devem ser ou se configurar tais relações e como devem se portar os indivíduos que as integram.

Todavia, como já vem se colocando aqui, muitas são as transformações ocorridas no âmbito da família, e que expõem essa instituição social para além de uma visão tradicional e patriarcal, dentre essas a ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho; o aumento do número de divórcios; a escolha por casar e ter filhos com idades mais avançadas; o aumento da permanência de filhos mais velhos na casa dos pais, e tantos outros fatores (ZOLA, 2015).

Montali (2014, p. 101), explicita que

a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho em todo o mundo tem provocado o questionamento dessas atribuições, mas estudos sobre Europa, Estados Unidos, América Latina e Caribe apontam para poucas mudanças na divisão sexual do trabalho e evidenciam a permanência do maior encargo das mulheres com as atividades domésticas e de cuidado.

Ou seja, mesmo com a mulher estando cada vez mais inserida no mercado de trabalho, suas “funções domésticas” não diminuíram no interior do âmbito familiar, gerando uma duplicação de sua jornada de trabalho. Logo, mesmo indicando mudanças nos padrões estabelecidos, cabe destacar que isso não indica uma completa ruptura com o “modelo” conservador patriarcal de família. Essas relações inserem-se em um campo de contradições e relações hierárquicas entre os homens e mulheres, e ainda predominam.

Isso se explicita no fato de que mesmo com a massiva inserção feminina no mercado de trabalho, as mulheres recebem, ainda, remunerações inferiores aos homens. As mulheres ainda recebem em média 76% do rendimento dos homens. Quando se trata de desigualdade relativa no mercado de trabalho, esses números se expandem, pois mesmo com o aumento do número de mulheres em trabalhos formais entre os anos de 2005 e 2015, a mulher ainda é, em comparação com o homem, a mais atingida pela queda nas admissões em empregos formais a partir de 2014 (IBGE, 2016).

Em consonância, a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres em atividades precárias e intermitentes, a fim de conseguir cumprir uma dupla jornada que consiste em seu “papel no lar” e o trabalho remunerado fora do âmbito doméstico. Esses são alguns dos fatores que fazem com o que o trabalho realizado pelas mulheres gerem menos rendimentos e, conseqüentemente, os grupos familiares chefiados por mulheres ou que contam apenas com sua renda sejam considerados grupos mais vulneráveis ao empobrecimento, principalmente, quando contam com mais crianças (MONTALI, 2014).

As dificuldades no mundo do trabalho e o desemprego não têm atingido apenas as mulheres, mas também os mais jovens (entre 16 e 24 anos) e as pessoas não escolarizadas ou com o ensino fundamental incompleto. Pela primeira vez na década, a taxa de população ocupada caiu em números absolutos (3,7 milhões) e relativos (3,8%). O aumento da População Não Economicamente Ativa (PNEA), entre 2005 e 2015, foi de 37,2%, totalizando cerca de 54 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, cerca de 69% delas, mulheres.

A análise da evolução do número de desocupados, entre 2005 e 2015, mostra que houve trajetória de queda até 2012, tendo um aumento de 18,9% apenas em 2009, cujo resultado foi reflexo de um cenário nacional e internacional de queda da atividade econômica frente à crise econômica e financeira mundial de 2008. Contudo, o período de

2013 a 2015 caracterizou-se pelo aumento da desocupação, com o maior crescimento da população desocupada, em 2015, em relação ao ano anterior (38,9%). Em 2015, dos 9,8 milhões de desocupados, quase 42,0% eram jovens de 16 a 24 anos de idade (IBGE, 2016)

O único setor que apresentou crescimento nos últimos 10 anos foi o de serviços, enquanto os setores agrícola e industrial mostraram-se em queda. Outro dado relevante é que, entre a população ocupada, pode-se notar um aumento da escolaridade e maior qualificação, enquanto o percentual para as pessoas sem o ensino fundamental completo caiu em todos os setores. A maior taxa de crescimento foi entre as pessoas com ensino superior completo (76,6%) (IBGE, 2016).

Para Antunes (2006), o mundo do trabalho passa por múltiplas processualidades na contemporaneidade. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que existe uma queda nos postos de trabalho fabris, ocorre um aumento do trabalho assalariado via setor de serviços, que se expande. Ao mesmo tempo em que a incorporação das mulheres é crescente, são cada vez mais excluídos do mercado os mais jovens e os mais velhos.

Ocorre uma alteração qualitativa nos processos de trabalho, que exigem, em consonância, um trabalhador mais qualificado e pronto para ocupar esses postos. Simultaneamente, o trabalho passa por um processo ainda maior de desqualificação, em que os trabalhadores estão cada vez mais generalizados e são mais solicitados a ocupar múltiplas funções (ANTUNES, 2006).

Trata-se, para o autor, de um processo de heterogenização, complexificação e fragmentação do universo do trabalho, que se apresenta de maneira precarizada, repercutindo nos postos informais, terceirizados, desprovidos de direitos, temporários, super explorados e no próprio desemprego e aumento do tempo de permanência neste (ANTUNES, 2006).

As mudanças no mundo do trabalho afetam diretamente a vida das famílias. Com a precarização e o aumento do desemprego e a grande fragilidade das políticas sociais geridas e implementadas no âmbito do Estado, muitas vezes acaba por se exigir das famílias uma reorganização para que possam dar conta de dificuldades e demandas emergentes. Vê-se aqui uma diminuição da renda e consequente empobrecimento das famílias (MONTALI, 2000).

Em 21,3% dos domicílios particulares, a renda per capita foi de até ½ salário mínimo em 2015. Esse valor sobe para 28,7% quando a família é composta por ao menos uma pessoa de 0 a 29 anos e 37,8% quando conta ao menos com uma pessoa de 0 a 14 anos. Quando em sua composição conta ao menos com um idoso de 60 anos ou mais, o número

de famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo é bem menor, uma vez que 75,6% dos idosos, em 2015, são aposentados e/ou pensionistas.

Vê-se, então, a importância da aposentadoria não só para a manutenção de sua própria existência, mas para a sobrevivência da família como um todo, ao mesmo tempo em que, quanto mais jovens na família, maiores são as chances desta apresentar uma baixa renda per capita, uma vez que, dependendo da idade, aqueles ainda encontram-se na posição de dependentes e mesmo em idade que poderiam estar trabalhando. Como já mostrado, os índices de desemprego entre os jovens são expressivos.

O próprio IBGE (2016) coloca o Brasil, tal qual a América Latina, como um país com uma persistente desigualdade, que, segundo o mesmo, cresce ainda mais nos últimos 10 anos. Nos últimos anos, houve uma queda no índice de Gini em relação aos rendimentos das pessoas com 15 anos ou mais de idade, passando de 0,497 em 2014 para 0,491 em 2015. Esses dados atrelam-se ao processo de estagnação da economia, queda do Produto Interno Bruto (PIB) e ao já explorado aqui aumento expressivo do desemprego no país

Tais desdobramentos têm afetado de maneira mais expressiva as famílias mais pobres. Em 2015, as duas faixas mais baixas de renda, que são entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo, apresentaram rendimentos similares aos que apresentavam em 2012. A queda dos rendimentos só não foi mais expressiva nesse segmento da sociedade devido a dois fatores. Primeiro, a estabilidade de rendimentos dos aposentados e pensionistas, já citada anteriormente, que fez a diferença na renda das famílias. Segundo, os rendimentos derivados de programas sociais que deram alguma proteção às famílias mais vulneráveis (IBGE, 2016).

Desse modo, percebe-se que as políticas sociais, mesmo fragmentadas e focalizadas, foram importantes para a manutenção da existência dessas famílias mais pobres, sendo, em um país marcado por desigualdades, como o Brasil, um importante aliado para a reprodução social desses sujeitos.

CONCLUSÃO

O mérito dos estudos sobre família não está na novidade, uma vez que este é um tema já muito debatido, como foi mostrado. Mas no fato dessa instituição ser tão dinâmica a ponto de não se esgotar. Ao contrário, cada conjuntura traz novos desdobramentos e implica em toda uma nova organização familiar.

Hoje, o Brasil vive uma contra-reforma e um ataque a seu regime de seguridade social. Isso tem interagido com as relações de solidariedade entre as famílias e as chamado cada vez mais a assumir responsabilidades que antes eram vistas como do Estado.

Desse modo, longe de esgotar a temática, se está apenas no início de entender as novas implicações que tal conjuntura traz para dentro das casas (ou pátios). Não dá para ignorar os avanços; as mulheres conquistam cada vez mais espaço e se mobilizam de maneira mais ampla, rompendo séculos de determinações arbitrárias trazidas pelo patriarcado. Todavia, também não dá para ignorar o aumento do desemprego (principalmente entre mulheres e jovens), por exemplo. Cabem mais estudos, que dissertem sobre a realidade e se proponham, a partir de uma perspectiva dialética, a entender a totalidade.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher na família pobre. **Serviço Social e Sociedade: Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p.576-590, jul. 2010.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, Natal, v. 14, n. 2, p.50-59, maio 2005.

GELINSKI, Carmen Rosario; MOSER, Liliane. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássio Maria (Org.). **Familismo Direito e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 2, n 10, 2005.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Adoção Consentida: do desenraizamento social da família à prática da adoção**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Revista Katalyse**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.126-132, jan. 2010.

MEDEIROS, Alana Cristina Bezerra de. CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA PRESENTES NO CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p.275-296, jul. 2014.

MONTALI, Lilia. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. **Revista Brasileira de Sociologia - Rbs**, [s.l.], v. 2, n. 4, p.01-20, 10 nov. 2014.

MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 17, n. 2, p.123-135, jun. 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho moral: UM ESTUDO SOBRE A MORAL DOS POBRES NA PERIFERIA DE SÃO PAULO**. 1994. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUZA, Ilka de Lima. **MULHERES E ORGANIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS DE APOIO EM FAMÍLIAS DE CAMADAS POPULARES EM NATAL-RN: famílias, igreja e Estado.** 2012. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VASCONCELOS, Pedro. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. **Análise Social**, v. 163, p.507-544, fev. 2002.

ZOLA, Marlene Bueno. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas sociais familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássio Maria (Org.). **Familismo Direito e Cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.